

...continuação

Tabela 8 - Reconciliação do EBITDA ajustado:

Reconciliação do EBITDA Ajustado	4T2021	4T2020	Var. %	12M2021	12M2020	Var. %
EBITDA (+)	148.007	160.265	-7,65%	599.756	650.571	-7,81%
Provisões/Reversões (+)	(71.049)	29.064	-344,46%	20.403	96.298	-78,81%
Ebitda Ajustado	76.958	189.328	-59,35%	620.158	746.869	-16,97%

6.2 EBITDA Ajustado

O EBITDA ajustado, calculado desconsiderando as Provisões/Reversões/Perdas e Recuperação de Créditos contábeis, que comprovadamente não tenham efeito caixa, conforme descrito na tabela 6, foi mensurado para o 4T2021 no valor de R\$ 76.958 representando uma redução de 59,35% frente ao mesmo período do exercício anterior. Em 2020 havia sido registrado saldo devedor de Provisões o que apresentou impacto positivo no Ebitda Ajustado fato que não ocorreu em 2021 visto que o saldo de Provisões foi um montante credor de R\$ 71.049.

Ressalta-se que, apesar da ausência de recomposição do Provisionamento da Part. De empregados nos lucros, essa ocorreu em montante de R\$ 35.246. No entanto, foi registrada no grupo de Provisões, diferentemente do exercício 2020 em que fora registrada em Outras Receitas/Outras Despesas.

6.3 Margem EBITDA Ajustado

A relação entre o EBITDA Ajustado sobre o faturamento líquido (margem EBITDA ajustado) no 4T2021 foi de 12,64% frente os 30,59% apurados no mesmo período do ano anterior. Na análise acumulada (12M2021) esse percentual chegou a 25,56%.

6.4 Custos e Despesas

6.4.1 Pessoal – O gasto apurado com pessoal no 4T2021 totalizou R\$ 333.719, representando uma elevação de 19,88% em relação ao mesmo período em 2020. Essa elevação ocorreu em razão da concessão da data base da categoria com reposição da inflação em 8,9% a partir de junho/2021. No entanto, os valores devidos de junho a setembro foram pagos apenas em outubro ocasionando esse montante elevado no 4T2021.

Na análise acumulada, 12M2021, a variação foi de 8,29%, também impactada pela data-base.

6.4.2 Material – Os gastos com materiais apresentaram elevação de 8,66% no 4T2021. O grupo de materiais de Manutenção do Sistema apresentou redução de 35%, um montante de R\$ 2.244 mil relativo a Imobilização de valores referentes a recuperação de bombas resultando em aumento da vida útil das mesmas e também a utilização do Almoxarifado Virtual que será detalhado no item 6.4. No entanto, apesar dessa redução, houve elevação do custo com combustíveis que saiu de R\$ 3.724 mil no 4T2020 para R\$ 5.816 mil neste 4T2021, um reflexo do aumento em mais de 40% do custo dos combustíveis no país.

Além dos combustíveis, houve também elevação da utilização de materiais de tratamento em razão de um tempo chuvoso mais elevado implicando em uso de químicos para limpeza da água captada. Esses gastos saíram de R\$ 8.069 no 4T2020 para R\$ 10.161 neste 4T2021.

Na análise acumulada, 12M2021, houve redução de 6,72% pois, apesar da elevação dos custos de combustíveis, conforme relatado anteriormente desde maio há redução dos custos com Materiais de Manut. Do Sistema.

6.4.3 Energia Elétrica – O custo com energia elétrica totalizou no 4T2021 R\$ 75.997, uma elevação de 29,76% ante 2020. Essa alteração é reflexo do reajuste tarifário da energia elétrica em outubro de 2021 em percentual médio de 14,21%. Não obstante, há também reflexo da desoneração relativa ao decreto nº 9.642/2018 que revogou o desconto de 15% sobre o valor da fatura que a companhia possuía. Esse desconto vem sendo suprimido gradualmente nos meses de outubro de cada ano e, em outubro de 2021 houve a supressão de mais 3% desse desconto. Não obstante, a partir de 29/06/2021, conforme Resolução da ANEEL, a tarifa da bandeira vermelha foi majorada em 50%.

Na análise acumulada, 12M2021, a variação foi de 14,15% em razão do reajuste citado anteriormente.

6.4.4 Serviços de terceiros – Os gastos com serviços de terceiros apresentaram elevação em 26,72% no 4T2021. A principal variação está na implantação do Sistema de Almoxarifado Virtual e no Grupo de Profissionais Pessoa Jurídica.

Em relação ao Almoxarifado Virtual, a Companhia contratou serviço de gerenciamento logístico responsável pela aquisição de materiais e entrega dos suprimentos nos diversos escritórios da Companhia. No 4T2021 foi gasto com esse serviço um total de R\$ 6.661 mil.

Ressalta-se que, conforme Comunicado ao Mercado publicado dia 10/01/2022, disponível no portal ri.saneago.com.br, esse contrato se encontra suspenso desde agosto de 2021 e encontra em inspeção visando garantir a maior transparência no processo de governança da Companhia. Já em relação ao Grupo de Profissionais Pessoa Jurídica, registrou-se um valor de R\$ 3.509, ante R\$ 195 o 4T2020. O principal fator foi o montante de R\$ 1.475 mil referente a consultoria especializada da EY para atendimento da 2ª Fase de comprovação da capacidade Econômico Financeira em atendimento ao Novo Marco Legal do Saneamento.

Na análise acumulada, 12M2021, a variação foi de 17,89%, impactado principalmente pela utilização do almoxarifado virtual desde o 2T2021.

6.4.5 Gerais – Os gastos com despesas gerais tiveram elevação de 217% no 4T2021. Essa variação é relativa uma ação judicial de execução do Município de Santo Antônio do Descoberto contra a Saneago em razão de multa ambiental. O valor é de R\$ 8.858 mil, sendo R\$ 7.911 de indenização e R\$ 947 mil de honorários.

Na análise acumulada 12M2021 a variação foi de 122% que, além da ação ocorrida no 4T2021 sofreu impacto do pagamento de R\$ 6.825 mil referente a uma multa junto ao Min. Público de Goiás mediante acordo em ação que questionava a cobrança de Hidrômetros pela Saneago ocorrida no 2T2021.

6.4.6 Remuneração de Concessão/Contratual – Os valores pagos às prefeituras em razão de contratos de concessão e programa passam a ter nova metodologia de cálculo prevista nos contratos assinados em Goiânia e Anápolis que representam 82% do total. No 4T2021 registrou-se redução de 0,55% e na análise acumulada, 12M2021, elevação de 1,90% em razão da elevação do faturamento – base para cálculo dessa remuneração.

6.4.7 Tributárias – No 4T2021 esse grupo apresentou elevação de 13,93%. O gasto com maior variação foi o IOF, chegando a R\$ 206 mil.

Na análise acumulada, 12M2021, houve variação de 49% relativo a contabilização de R\$ 6.047 mil de PIS/COFINS ref. a um parcelamento de R\$ 33.963 celebrado em agosto com a Receita Federal em relação ao indeferimento de um processo administrativo no qual a empresa buscava validar créditos utilizados em pagamentos de tributos nos anos de 1999 a 2002, conforme informado no relatório do 3T2021.

6.4.8 Outras Receitas/ Outras Despesas – Esse grupo apresentou elevação de mais de 112,74% positiva no período. A principal variação desse grupo foi o recebimento de R\$ 18.587 mil a título de indenização por danos materiais relativos ao ressamamento do rio Corumbá que ocasionou a inundação de uma obra na antiga captação Corumbá. No entanto, desses R\$ 18.587 mil apenas R\$ 13.659 foram registrados em Outras Receitas. O restante foi registrado em Correção Monetária no Resultado Financeiro. Além disso, destaca-se ainda que houve a alienação de um imóvel que a Companhia possuía no Mun. De Senador Canedo/GO. O imóvel havia sido adquirido por R\$ 2.578 e foi vendido a R\$ 6.960.

6.5 Provisão/Reversão/Perdas/Recuperação de Créditos Prescritos:

Tabela 09 – Provisões/Reversões/Perdas e Rec. Créditos

Reversões (-) Provisões Líquidas	4T2021	4T2020	Var. %	12M2021	12M2020	Var. %
Perdas Créditos Prescritos	884 (25.874)	-103,42%	(35.541)	(95.020)	-62,60%	
Provisão para Contingências	12.479 (3.962)	-414,97%	(87.561)	(3.387)	2485,21%	
Perdas Estimadas Liquidação Duvidosa	96.872 (35.149)	175,60%	93.265	21.791	328,00%	
Provisão para Perdas/Estoque	(3.940)	(743)	430,28%	11.046	10.203	8,26%
Perdas estimadas em obras	-	-	-	3.750	-100,00%	
Provisão Prog. De Part. Resultados (PPR)	(35.246)	(33.635)	-	(1.611)	(33.635)	-
Provisões/Reversões/Perdas e Rec. Créditos	71.049	(29.065)	-344,45%	(20.403)	(96.298)	-78,81%

De acordo com a tabela supracitada, identifica-se uma elevação do saldo credor de provisões de mais de 344% entre reversões e provisões do 4T2021, enquanto nos 12M2021 essa variação foi 78,81%. As principais variações foram: a) aumento da provisão com contingências civis com o município de Minaçu referente a uma ação ambiental reclassificada de perda possível para provável no trimestre, e novas contingências trabalhistas que somaram cerca de R\$ 100 milhões, ambas detalhadas no item 28 das notas explicativas; b) Reversão de Perdas estimadas de Liquidação duvidosa com saldo líquido de R\$ 96.872 mil no 4T2021 impactado principalmente pelo acerto realizado com Estado de Goiás com quitação de débitos que, após desconto de 90% dos juros e multas, chegou a R\$ 109.206 mil, o) Em 2021 ocorreu a reversão da provisão do PLR no valor de R\$33.635, sendo realizado o valor de R\$33.057 como despesa efetiva (grupo de outras receitas/despesas operacionais). Além disso, foram provisionados R\$35.246 referente ao PLR exercício 2021.

6.6 Resultado Financeiro Líquido:

Tabela 10 - Receitas e Despesas Financeiras Líquidas

Receitas e despesas Financeiras Líquidas	4T2021	4T2020	Var. %	12M2021	12M2020	Var. %
Juros/Multas	40.465	12.770	216,9%	104.795	47.366	121,2%
Correção Monetária	10.894	6.196	75,8%	42.978	22.518	90,9%
Ajuste a Valor Presente	468	(590)	-179,3%	(752)	484	-
Total de Receitas financeiras	51.827	18.376	182,0%	147.021	70.368	108,9%
Juros/ Encargos e Outras Despesas	(32.439)	(22.010)	47,4%	(133.246)	(100.596)	32,5%
Correção Monetária	(1.393)	(7.042)	-80,2%	(3.245)	(9.009)	-64,0%
Variação Cambial	(2.283)	8.070	-128,3%	(6.820)	(24.743)	-72,4%
Total de Despesas financeiras	(36.115)	(20.982)	72,1%	(143.311)	(134.348)	6,7%
Resultado Financeiro	15.712	(2.606)	-702,9%	3.710	(63.980)	-105,8%

Refletem os resultados relativos aos rendimentos de aplicações financeiras, receitas com variações monetárias e outros valores a receber, despesas com juros sobre operações de empréstimos e financiamentos, variações cambiais bem como despesas com multas e juros moratórios e descontos concedidos.

O resultado apresentado no 4T2021 apresentou saldo credor em R\$ 15.712. Esse resultado ocorreu prioritariamente pelo registro de R\$ 40.465 mil a título de atualização monetária de recebimento de débitos com poder público no mês de dezembro.

Na análise acumulada o saldo credor foi de R\$ 3.710, uma variação de 105% ante 2020. Além do acerto com poder público ressalta-se as negociações com clientes particulares após o retorno do corte de inadimplentes que elevou além dos juros a correção monetária nas negociações.

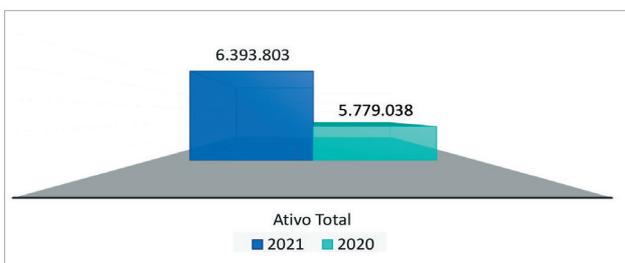
6.7 Lucro Líquido/Prejuízo

A Companhia registrou lucro de R\$ 103.958 neste 4T2021 e, na análise acumulada (12M2021), chegou a R\$ 352.456, 4,79% superior aos 12M2020. Para essa variação destaca-se a elevação da receita líquida em 2,29%, redução dos gastos com materiais em 6,72% e, pelo acerto de quitação o de débitos realizados junto ao Estado de Goiás que reduziu o saldo de Provisões/Reversões no período.

7. Análise e Discussão da Estrutura Patrimonial

Na análise e discussão a seguir sobre a estrutura patrimonial da Companhia, procuramos discorrer sobre as rubricas que se entendem materialmente relevantes para adequamento justificadas as alterações em sua situação patrimonial no período correspondente ao ano de 2021 em comparação com o encerramento do exercício anterior.

Gráfico 6 – Evolução do Ativo Total



Em 2021 as principais alterações da estrutura patrimonial ocorreram nas rubricas do ativo circulante que foi acrescido em 50%, variação que decorreu principalmente da 9ª Emissão de Debêntures no montante de R\$ 250.000 mil. Dessa forma, houve uma elevação na liquidez corrente, que passou de 1,101 no encerramento do exercício de 2020 para 1,8464 no fechamento de 2021. Além disso, houve elevação de capital de terceiros em 87,77% no encerramento do exercício de 2020 em comparação a 90,47% no fechamento de 2021.

7.1 Ativo

Gráfico 7 – Estrutura do Ativo –2021



7.1.1 Ativo Circulante

7.1.1.1 Disponibilidades – As disponibilidades de caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras apresentaram uma elevação de R\$ 401.084, saindo de um caixa e equivalente de caixa na ordem de R\$ 168.144 no encerramento do exercício de 2020 para R\$ 569.228 no fechamento de 2021. A maior parte da elevação do saldo se deve a 9ª Emissão de Debêntures em valor de R\$ 250.000 mil. Além disso, houve também, como já mencionado no item 6.4.8, o recebimento de R\$ 18.587 mil a título de indenização por danos morais e materiais relativo ao ressamamento do rio Corumbá que ocasionou a inundação de uma obra na antiga captação Corumbá. Ressalta-se, ainda, a elevação em 13,71% da arrecadação no ano de 2021 em relação ao ano anterior, chegando a R\$ 2.834.732 mil em 2021 ante R\$ 2.504.842 em 2020.

7.1.2 Ativo não Circulante

7.1.2.1 Despesas Antecipadas – Essa rubrica apresentou recuo de R\$ 6.898 em 2021 saindo de R\$ 192.803 no fechamento do exercício de 2020 para R\$ 185.905. Essa rubrica refere-se à antecipação Remuneração de Concessão do Município de Anápolis e Goiânia em razão do encerramento antecipado do Contrato de Concessão e assinatura de um novo Contrato de Programa pelo prazo de 30 anos.

7.1.2.2 Intangível – Em acordo com o ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, a rubrica Intangível contempla a rubrica Ativo de Contrato. O intangível, composto basicamente pelos bens utilizados nos sistemas de água e esgoto vinculados às concessões municipais, teve um aumento de R\$ 83.956 o que representa uma variação positiva de 3,08%.

7.2 Passivo

Gráfico 8 – Composição do Passivo + PL – 2021



7.2.1 Passivo Circulante

7.2.1.1 Debêntures – As Debêntures classificadas no Circulante apresentaram redução de R\$ 11.598 relativo a amortizações do período.

7.2.1.2 Dividendos e JCP a pagar – Essa rubrica apresentou elevação de 4,79% chegando a R\$ 83.709 ante R\$ 79.884 em 2020. Em julho desse ano foi realizado o pagamento integral dos dividendos de 2020 no valor de R\$ 79.884. O saldo de R\$ 83.709 representa o valor a ser pago em 2022 referente ao lucro líquido de R\$ 352.456 mil registrado no período e, 4,79% maior que 2020.

7.2.1.3 Arrendamento Mercantil – Essa rubrica refere-se à compatibilização dos registros da Companhia ao CPC 06 que trata da contabilização dos Arrendamentos Mercantis os quais, em caso de contratos de locação com prazo superior a 12 meses, devem ser reconhecidos como um Ativo de Direito de Uso tendo em contrapartida de Passivo de Arrendamento. Em 2021 existe no curto prazo, um total de R\$ 18.768 e não houveram novos contratos.

7.2.2 Passivo não Circulante

7.2.2.1 Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo – Esta conta de empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentou recuo de 17% em relação ao saldo apresentado no encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2020. A redução da conta é decorrente das amortizações das dívidas durante o ano.

7.2.2.2 Debêntures – As Debêntures classificadas no Não-Circulante apresentaram elevação de R\$ 129.112 – 27,12% de aumento. Essa elevação é principalmente reflexo da 9ª Emissão de Debêntures realizada no período conforme mencionado no item 7.1.1.1.

7.2.2.3 Provisões para demandas Judiciais – Essa conta sofreu elevação de 60,14% chegando a R\$ 233.157. Esse crescimento ocorreu principalmente devido a contingências civis, destaca-se a ação relativa ao município de Minaçu sobre tema ambiental e contingências trabalhistas, conforme discutidos no item 6.5, acima, que somaram cerca de R\$ 106.000, e conforme divulgado na explicativa 28 das demonstrações contábeis.

7.3 Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido, em razão do lucro apurado neste período, apresentou elevação na ordem de R\$ 279.186, ou seja, uma variação positiva de 9,07%.

8. Marco Legal do Saneamento - Lei nº 14.026/2020 e Decreto nº 10.710/2021

Em 15 de julho de 2020 foi publicada a Lei nº 14.026/2020, que alterou a Lei nº 11.445/2007, de 5 de janeiro de 2007, Marco Nacional do Saneamento Básico. Dentre as alterações promovidas, foram criadas atribuições para a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, que passa a traçar as diretrizes regulatórias em saneamento em âmbito nacional. Foram implementadas, também, regras para a regionalização dos serviços, bem como a definição de metas de universalização dos serviços em 99% para atendimento de água e 90% para esgotamento sanitário até o ano de 2033. Os contratos que não contemplem estas metas devem ser adiados até 31 de março de 2022. Além disso, as prestadoras estaduais deverão comprovar capacidade econômico-financeira para cumprir com os contratos, segundo a metodologia definida por meio do Decreto nº 10.710, de 31 de maio de 2021, que regulamentou o art. 10-B da Lei nº 11.445/2007.

Para a validação e certificação da 1ª fase de comprovação de capacidade econômico-financeira exigida no decreto, a Companhia contratou a BDO RCS Auditores que emitiu relatório sobre os cálculos realizados pela Companhia relativos ao cumprimento mínimo dos índices estabelecidos, conforme tabela que segue:

Descrição	Meta	2016	2017	2018	2019	2020	Mediana
Índice de Margem Líquida ¹	> 0	0,15	0,21	0,15	0,16	0,17	0,16
Índice de Grau de Endividamento ²	< 1	0,51	0,44	0,45	0,49	0,47	0,47
Índice de Retorno Sobre Patrimônio Líquido ³	> 0	0,04	0,10	0,04	0,10	0,11	0,10
Índice de Suficiência de Caixa ⁴	> 1	1,04	1,09	1,06	1,06	1,07	1,06

1: Margem Líquida sem depreciação e amortização; indicador econômico-financeiro calculado a partir da divisão entre o lucro líquido sem depreciação e amortização e a receita operacional; da dívida e das despesas fiscais;
2: indicador econômico-financeiro calculado a partir da soma entre o passivo circulante e o passivo não circulante, dividido pelo ativo total;
3: indicador econômico-financeiro calculado a partir da divisão entre o lucro líquido e o patrimônio líquido; e
4: indicador econômico-financeiro calculado a partir da divisão entre a arrecadação total e o somatório da despesa de exploração, da despesa com juros, encargos e amortização da dívida e das despesas fiscais.

Já em relação à 2ª fase, a mesma consiste na elaboração de estudos de viabilidade e um plano de captação para demonstrar a capacidade de cumprir os investimentos necessários para universalização dos serviços. Visando ao atendimento desta, a Companhia realizou a contratação da Consultoria EY (Ernst & Young) com vistas a auxiliar a Companhia nas comprovações exigidas pelo Decreto Federal nº 10.710 de 31 de maio de 2021. Os trabalhos foram finalizados no dia 16 de dezembro de 2021 e a Consultoria EY atestou que a Companhia cumpre com os requisitos de adequabilidade na data-base de 31/12/2020, demonstrando que atende aos índices referenciais mínimos dos indicadores econômico-financeiros, assim como demonstrou que o valor presente líquido do fluxo de caixa global dos contratos regulares é superior a zero e que o plano de captação da Companhia está compatível com seus estudos de viabilidade, conforme disposto no Decreto nº 10.710, de 31 de maio de 2021, que estabelece a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário, como determina o Novo Marco Legal do Saneamento Básico ("Lei nº 14.026/2021").

Em relação a regionalização trazida pela nova legislação, o Estado tinha a obrigação de promover a regionalização da prestação dos serviços de saneamento básico, incluindo os 246 municípios, até a data limite de 15 de julho de 2021, sob pena de a União o fazer.

Por meio da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), o Estado realizou nos dias 12 e 13 de julho, nas cidades de Anápolis e Goiânia, audiências públicas para apresentação da proposta de regionalização dos serviços de saneamento básico para o Estado de Goiás. O Projeto de Lei Complementar (PLC) em discussão institui as microrregiões de saneamento básico do Centro-Oeste e Centro-Leste no Estado e suas respectivas estruturas de governança. O processo de regionalização foi protocolado pelo Estado de Goiás junto à Assembleia Legislativa em 15 de julho de 2021 ao qual será objeto de debates pelos Deputados Estaduais.

Dessa forma, a Companhia tem se adaptado institucionalmente para este novo cenário. Dentre as ações empreendidas para essa adaptação, destacam-se: (i) criação de unidade especializada para coordenar processos para a participação em procedimentos licitatórios e para o cumprimento de suas obrigações de modo mais eficiente; (ii) adiamento dos contratos para adaptá-los às metas estabelecidas na nova lei; e (iii) reforma de sua lei de criação (Lei Estadual nº 6.680/1987), a fim de garantir novos arranjos de negócio e ampliar sua capacidade competitiva e de eficiência, bem como celebração de parcerias e constituição de sociedade de propósito específico, subsidiárias de âmbito local e fundos.

9. Eventos com efeitos no período subsequente

9.1 Plano de Demissão Voluntária 2022

Em dezembro de 2021, a companhia aprovou o Plano de Demissão Voluntária 2022 para empregados aposentados ou não que tenham mais de 10 anos de empresa e que atendam aos requisitos de adesão nos termos da RCA 457 de 2022. As inscrições ocorreram entre os dias 03 e 31 de janeiro de 2022 e 411 empregados aderiram ao Programa. Os desligamentos ocorrerão nos meses de fevereiro e março.

9.2 Aprovação da Revisão Tarifária

No dia 14/12/2021 os colegiados da Agência Goiana de Regulação (AGR) e da Agência de Regulação de Goiânia (AR) aprovaram a Nota Técnica Conjunta nº: 12/2021 - AGR/AR, estabelecendo que o índice de recomposição tarifária será de 8,854%, decorrente da revisão tarifária de - 0,3748% acrescido do IPCA/IBGE de janeiro a novembro/21 que foi de 9,26%. Além disso, o Fator X estimado para o ciclo de 2021- 2024 será de 0,9112%.

Posteriormente foram editadas as Resoluções nº 185/2021 (AGR) e nº 005/2021 (AR) informando que os novos preços serão implementados a partir de 03/02/2022.

10. Participação Acionária

A Companhia apresenta na posição do 4T2021 o Estado de Goiás como seu acionista majoritário, sendo possuidor de 67,22% das ações totais da companhia.

Tabela 12 – Participação acionária

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total de ações	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Goiás	1.336.135.801	71,5695	354.992.364	54,7287	1.691.128.165	67,2271
GoiásPrev	488.016.887	26,1404	122.637.514	18,9069	610.654.401	24,2752
Goiás Parcerias	42.749.681	2,2899	170.998.719	26,3627	213.748.400	8,4971</